

Edição nº 03

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria das Sessões  
Serviço de Jurisprudência

# Boletim informativo

## Decisões Judiciais

*Este Boletim destina-se a facilitar o acesso e o acompanhamento das decisões judiciais, que possuem relevância para a atuação do TCDF. Alguns dispositivos podem ter sido editados pelo Serviço de Jurisprudência, com o intuito de facilitar a leitura e a compreensão, não se traduzindo, pois, em repositório oficial. Para informações mais detalhadas, acesse o link disponível neste informativo.*

**2 a 13 de março de 2015.**

### Sumário *(links)*

#### STF

1. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA O QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO.
2. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. PENSÃO ESPECIAL A CÔNJUGE DE VÍTIMA ASSASSINADA.
3. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. NOMEAÇÃO DO CHEFE DA POLÍCIA CIVIL.
4. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. VENCIMENTOS. DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. PLANO COLLOR.
5. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. VENCIMENTOS. INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.
6. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. ACEITE DE DIPLOMAS UNIVERSITÁRIOS OBTIDOS NOS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL.
7. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. ESTABILIDADE. EFETIVIDADE. CONCURSO PÚBLICO. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS. EFEITOS DA ESTABILIDADE.
8. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. REVISÃO DO VALOR DE FUNÇÃO INCORPORADA.
9. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS. APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. EXCLUSÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA RECONHECIDA POR DECISÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO. ALCANCE DA DECISÃO JUDICIAL. MODIFICAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. UNIDADE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS – URP. PLANO BRESSER. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA.

**STJ**

1. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL E DE ALUNO-APRENDIZ.

**TJDFT**

1. ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ACRÉSCIMO EM OBRA. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESSARCIMENTO À CONTRATADA. TERMO ADITIVO.
2. PESSOAL. NULIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ATO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR. COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DISCIPLINAR. UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DADOS SIGILOSOS.
3. PESSOAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SOLICITANDO PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.
4. PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. LOTAÇÃO. OMISSÃO DE SERVIDOR DE SER PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. CAPACIDADE LABORATIVA.

**STF****1. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA O QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO.****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.223 – SC.****EMENTA**

Ação direta de inconstitucionalidade. [Lei nº 10.926/1998](#) do Estado de Santa Catarina. Tribunal de contas. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal. Transposição de cargos de corte de contas para o quadro de pessoal do Poder Executivo.

1. Inconstitucionalidade formal de dispositivo acrescentado por emenda parlamentar que transpõe cargos de analista de controle externo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para o grupamento funcional do Poder Executivo local. Essa transposição promove indiretamente a extinção de cargos públicos pertencentes à composição funcional do Tribunal de Contas do Estado.

2. Conforme reconhecido pela [Constituição de 1988](#) e pelo Supremo Tribunal Federal, gozam as cortes de contas do país das prerrogativas da autonomia e do autogoverno, o que inclui, essencialmente, a iniciativa reservada para instaurar processo legislativo para criar ou extinguir cargos, como resulta da interpretação sistemática dos arts. 73, 75 e 96, II, b, da [Constituição Federal](#) (cf. [ADI nº 1.994/ES](#), Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 8/9/06; [ADI nº 789/DF](#), Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 19/12/94).

3. A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a [Constituição Federal](#) veda ao Poder Legislativo formalizar emendas a projetos de iniciativa exclusiva se delas resultar aumento de despesa pública ou se forem elas totalmente impertinentes à matéria versada no projeto ([ADI nº 3.288/MG](#), rel. Min. Ayres Britto, DJ de 24/2/11; [ADI nº 2350/GO](#), Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 30/4/2004). No caso dos autos, o projeto original já versava acerca da transposição de cargos públicos, mas essa transposição limitava-se a cargos do quadro do Poder Executivo.

4. Ação julgada procedente.

**2. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. PENSÃO ESPECIAL A CÔNJUGE DE VÍTIMA ASSASSINADA.****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.358 – DF.**

EMENTA: [Lei Distrital 842/94](#). 2. Redação dada pela [Lei 913/95](#). 3. Art. 2º da [Lei 913/95](#). 4. Pensão especial a cônjuge de vítima assassinada no Distrito Federal. 5. Lei que impõe ao Distrito Federal responsabilidade além da prevista no art. 37, § 6º, da [Constituição](#). 6. Inocorrência da hipótese de assistência social. 7. Inconstitucionalidade do art. 1º da [Lei 842/94](#). 8. Inconstitucionalidade por arrastamento dos demais dispositivos.

9. Ação julgada procedente.

**3. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. NOMEAÇÃO DO CHEFE DA POLÍCIA CIVIL.****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.038 – SC.**

EMENTA: POLÍCIA CIVIL – DIREÇÃO. Consoante dispõe o artigo 144, § 4º, da [Constituição Federal](#), as polícias civis são dirigidas por delegados de carreira, não cabendo a inobservância da citada qualificação, nem a exigência de que se encontrem no último nível da organização policial.

Ação julgada procedente.

[voltar sumário](#)

**4. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. VENCIMENTOS. DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE VENCIMENTOS. PLANO COLLOR.****AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA N. 32.061-DF.**

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. ACÓRDÃO DO TCU QUE DETERMINOU A EXCLUSÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA RECONHECIDA POR DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO (PLANO COLLOR, 84,32%). COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL ATRIBUÍDA À CORTE DE CONTAS. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA COISA JULGADA, DO DIREITO ADQUIRIDO E DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A garantia fundamental da coisa julgada ([CRFB/88](#), art. 5º, XXXVI) não resta violada nas hipóteses em que ocorrerem modificações no contexto fático-jurídico em que produzida – como as inúmeras leis que fixam novos regimes jurídicos de remuneração.
2. As vantagens remuneratórias pagas aos servidores inserem-se no âmbito de uma relação jurídica continuativa, e, assim, a sentença referente a esta relação produz seus efeitos enquanto subsistir a situação fática e jurídica que lhe deu causa. A modificação da estrutura remuneratória ou a criação de parcelas posteriormente à sentença são fatos novos, não abrangidos pelos eventuais provimentos judiciais anteriores.
3. É cediço que a alteração, por lei, da composição da remuneração do agente público assegura-lhe somente a irredutibilidade da soma total antes recebida, assim concebido: os vencimentos e proventos constitucionais e legais. Precedentes: [RE 563.965/RN-RG](#), Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 20/3/2009; [MS 24.784](#), Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJe 25/6/2004.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

**5. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. VENCIMENTOS. INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.063-SC.**

Ementa: [Lei Complementar do Estado do Rio Grande do Sul nº 10.845](#), de 06 de agosto de 1996, art. 1º e 2º, ambos in fine dispõem da remuneração do serviço público estadual e dão outras providências. Vulneração da [CF](#) 61, § 1º, INCISO II, “a” e “c”; e 63, I. 2. Superação do vício de iniciativa. 3. Inexiste qualquer conflito das normas fiscalizadas com a Constituição Federal.

Ação direta julgada improcedente.

**Artigos 1º e 2º da [Lei Complementar nº 10.845/1996](#), do Estado do Rio Grande do Sul:**

Art. 1º - Os acréscimos automáticos devidos por triênio de efetivo exercício no serviço público estadual, computados na forma da lei, são limitados a 12 (doze) acréscimos por servidor, ressalvados os direitos dos servidores com concessão superior antecedente a 1º de agosto de 1996.

Art. 2º - A contar da vigência desta Lei Complementar, fica vedada, no âmbito do serviço público estadual, a incorporação da função gratificada aos vencimentos, na forma prevista no artigo 102 da [Lei Complementar nº 10.098](#), de 03 de fevereiro de 1994, bem como das demais vantagens a ela legalmente equiparadas para a referida finalidade, ficando assegurada a incorporação dos percentuais correspondentes aos biênios já exercidos, inclusive o em andamento, na forma do referido artigo 102, aos servidores que tenham exercido ou que estejam no exercício de função de confiança, ambos a contar do implemento do tempo de serviço exigido para este fim.

**voltar sumário**

**6. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. ACEITE DE DIPLOMAS UNIVERSITÁRIOS OBTIDOS NOS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL.****REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.091 – MT.**

EMENTA: Referendo de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade. Art. 1º da [Lei nº 10.011](#), de 17 de dezembro de 2013, do Estado do Mato Grosso. Aceite de títulos obtidos nos países integrantes do MERCOSUL para progressão funcional de servidor público no referido Estado. Vício formal de iniciativa. Disciplina diversa da legislação federal. Referendo da decisão liminar.

1. O art. 1º da [Lei Estadual nº 10.011/2013](#), oriunda de projeto de lei de iniciativa parlamentar, dispõe sobre critério de progressão funcional de servidores do Estado do Mato Grosso, matéria atinente ao regime jurídico dos servidores públicos do Estado. Partindo do entendimento de que as regras básicas do processo legislativo da União são de observância obrigatória pelos Estados, o Supremo Tribunal tem afirmado a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, de leis estaduais provenientes de projetos de iniciativa parlamentar que, a exemplo da norma impugnada na presente ação direta, tratam do regime jurídico dos servidores, matéria cuja iniciativa é reservada ao chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, inciso II, c, da [CF](#)). Precedentes. Ademais, o preceito impugnado possibilita o aumento da remuneração dos agentes públicos contemplados pela norma, revelando, novamente, violação da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo estadual, dessa vez com base na alínea a do art. 61, § 1º, II da [Carta Maior](#).

2. A Norma questionada disciplinou o aproveitamento de diplomas obtidos em universidades estrangeiras de forma diversa da do regramento federal. Nos termos do art. 48, § 3º, da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação \(LDBE\)](#), "(os) diplomas de Mestrado e Doutorado expedidos por universidades só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior."

3. Medida cautelar referendada.

**7. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. ESTABILIDADE. EFETIVIDADE. CONCURSO PÚBLICO. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS. EFEITOS DA ESTABILIDADE.****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2433-RN.**

ESTABILIDADE E EFETIVAÇÃO – NATUREZA. Descabe confundir a estabilidade prevista no artigo 19 do Ato de Disposições Constitucionais da [Carta de 1988](#) com a efetivação em cargo público. CARREIRA – INGRESSO. O ingresso em determinada carreira, mediante ocupação de cargo, depende de certame público – inconstitucionalidade dos parágrafos 3º, 4º e 6º do artigo 231 da [Lei Complementar nº 165](#), de 28 de abril de 1999, com a redação imprimida pela [Lei Complementar nº 174](#), de 7 de junho de 2000, do Estado do Rio Grande do Norte.

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA – CARGOS DE ESCRIVÃO – ACUMULAÇÃO – OPÇÃO. Surge constitucional preceito a ensejar a escrivães de cartórios judiciais que acumulam as funções notarial ou de registro e ingressaram no cargo público por meio de concurso a opção pelo técnico judiciário. Interpretação do § 2º do artigo 231 da [Lei Complementar nº 165/99](#), com a redação imprimida pela [Lei Complementar nº 174/2000](#), do Estado do Rio Grande do Norte, conforme à [Carta Federal](#).

[voltar sumário](#)

**8. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. REVISÃO DO VALOR DE FUNÇÃO INCORPORADA.****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3848 – RJ.**

EMENTA: [CARTA ESTADUAL](#) – MATÉRIA RESERVADA À INICIATIVA DO GOVERNADOR – INCONSTITUCIONALIDADE. Surge inconstitucional disciplina, na [Carta do Estado](#), de matéria cuja iniciativa de projeto é reservada ao Governador, como ocorre se, mediante preceito, dispõe-se sobre a revisão concomitante e automática de valores incorporados à remuneração de servidores públicos em razão do exercício de função ou mandato quando reajustada a remuneração atinente à função ou ao cargo paradigma – artigo 89, § 6º, da [Constituição do Estado do Rio de Janeiro](#).

**9. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS. APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. EXCLUSÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA RECONHECIDA POR DECISÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO. ALCANCE DA DECISÃO JUDICIAL. MODIFICAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. UNIDADE DE REFERÊNCIA DE PREÇOS – URP. PLANO BRESSER. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA.****AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25678-DF**

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. ACÓRDÃO DO TCU QUE DETERMINOU A EXCLUSÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA RECONHECIDA POR DECISÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO (URP – 26,05% E PLANO BRESSER – 26,06%). COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL ATRIBUÍDA À CORTE DE CONTAS. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA COISA JULGADA, DO DIREITO ADQUIRIDO E DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...).

2. A garantia fundamental da coisa julgada (CRFB/88, art. 5º, XXXVI) não resta violada nas hipóteses em que ocorrerem modificações no contexto fático-jurídico em que produzida, como as inúmeras leis que fixam novos regimes jurídicos de remuneração.

3. As vantagens remuneratórias pagas aos servidores inserem-se no âmbito de uma relação jurídica continuativa, e, assim, a sentença referente a esta relação produz seus efeitos enquanto subsistir a situação fática e jurídica que lhe deu causa. A modificação da estrutura remuneratória ou a criação de parcelas posteriormente à sentença são fatos novos, não abrangidos pelos eventuais provimentos judiciais anteriores.

4. É cediço que a alteração, por, por lei, da composição da remuneração do agente público assegura-lhe somente a irredutibilidade da soma total antes recebida, assim concebido: os vencimentos e proventos constitucionais e legais. Precedentes: [RE 563.965-RN-RG](#), Relator. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 20.03.2009; [MS 24.784](#), Rel. Min. Carlos Velloso, DJe 25.06.2004.

5. A decadência prevista no art. 54 da [Lei 9.784/99](#) não se consuma no período compreendido entre o ato administrativo concessivo de aposentadoria ou pensão e o posterior julgamento de sua legalidade e registro pelo Tribunal de Contas da União, que consubstancia o exercício da competência constitucional de controle externo ([CRFB/88](#), art. 71, III) -, porquanto o respectivo ato de aposentação é juridicamente complexo, e, apenas, se aperfeiçoa com o registro na Corte de Contas. Precedentes: [MS 30.916](#), Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 8/6/2012; [MS 25.525](#), Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJe 19/3/2010; [MS 25.697](#), Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 12/3/2010.

6. As URPs – Unidades de Referência de Preço – foram previstas visando repor o poder aquisitivo de salários e vencimentos até a data-base da categoria, quando verificado o acerto de contas; entendimento sumulado pelo egrégio Tribunal Superior do Trabalho, verbis: “[Súmula 322](#): os reajustes salariais decorrentes dos chamados gatilhos e URP's, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão-somente até a data-base de cada categoria.”

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

[voltar sumário](#)



# STJ

## 1. ADMINISTRATIVO. PESSOAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL E DE ALUNO-APRENDIZ.

### RECURSO ESPECIAL Nº 1330.085 – RS.

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO [CPC](#). NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COMPLEMENTAR. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL. PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL E DE ALUNO-APRENDIZ. RECONHECIMENTO PELO INSS. UTILIZAÇÃO NA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. INADMISSIBILIDADE. SISTEMA FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO. AUTONOMIA EM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA OFICIAL.

1. Ação de revisão de benefício de previdência privada em que se postula o aproveitamento de tempo de serviço especial (tempo ficto) bem como o prestado sob a condição de aluno-aprendiz, reconhecidos pelo INSS, para fins de cálculo da renda mensal inicial.
2. Na revisão de renda mensal inicial de benefício previdenciário complementar, a obrigação é de trato sucessivo, alcançando a prescrição apenas as parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, não afetando, assim, o próprio fundo de direito.
3. A previdência privada possui autonomia em relação ao regime geral de previdência social. Além disso, é facultativa, regida pelo Direito Civil, de caráter complementar e baseada na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, sendo o regime financeiro de capitalização.
4. A concessão de benefício oferecido pelas entidades abertas ou fechadas de previdência privada não depende da concessão de benefício oriundo do regime geral de previdência social, haja vista as especificidades de cada regime e a autonomia existente entre eles.
5. Pelo regime de capitalização, o benefício de previdência complementar será decorrente do montante de contribuições efetuadas e do resultado de investimentos, não podendo haver, portanto, o pagamento de valores não previstos no plano de benefícios, sob pena de comprometimento das reservas financeiras acumuladas (desequilíbrio econômico-atuarial do fundo), a prejudicar os demais participantes, que terão que custear os prejuízos daí advindos.
6. O tempo ficto (tempo de serviço especial) e o tempo de serviço prestado sob a condição de aluno aprendiz, próprios da previdência social, são incompatíveis com o regime financeiro de capitalização, ínsito à previdência privada.
7. Recurso especial provido.

[voltar sumário](#)

# TJDFT

## **1. ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ACRÉSCIMO EM OBRA. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESSARCIMENTO À CONTRATADA. TERMO ADITIVO.**

### **APELAÇÃO CÍVEL Nº 2009.01.1.1018189 – ACÓRDÃO Nº 847570.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. [LEI 8.666/93](#). ACRÉSCIMO NA OBRA. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INOCORRÊNCIA. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. TERMO ADITIVO. INEXISTÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA.

1. A Administração Pública não tem a obrigação de ressarcir a contratada, quando esta, sem a devida autorização, faz acréscimos na obra objeto da contratação.
2. Ofende os princípios da legalidade e da moralidade administrativa, o ressarcimento de despesas extraordinárias à contratada, quando não há autorização expressa pela contratante.
3. Em regra, toda e qualquer modificação contratual deve dar-se mediante a celebração de termo aditivo.
4. Recurso conhecido e desprovido.

## **2. PESSOAL. NULIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ATO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR. COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DISCIPLINAR. UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DADOS SIGILOSOS.**

### **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2006.00.2.0081966 - ACÓRDÃO Nº 845973.**

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR. DECLARAÇÃO DE NULIDADE. NÃO DEMONSTRADO EFETIVO PREJUÍZO. QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL DIRETAMENTE PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. VIABILIDADE. COMPETÊNCIA DE COMISSÃO PARA JULGAR MEMBRO DA CARREIRA DE AUDITORIA TRIBUTÁRIA. DENEGAÇÃO.

1. "O reconhecimento de nulidades no processo administrativo disciplinar, pelo princípio da instrumentalidade das formas, depende da efetiva demonstração de prejuízos à defesa do servidor" ([MS 12803/DF](#)). Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz. Terceira Seção. DJe 15.04.2014).
2. Possível o intercâmbio de informações e dados sigilosos entre o conjunto de órgãos da Administração, desde que atendidos os pressupostos do inciso II do § 1º do artigo 198 do [Código Tributário Nacional](#): interesse da Administração Pública; comprovação da instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
3. Enquanto não implantado o Conselho de Ética da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, como estabelecido nos artigos 67 e 68 da [Lei Distrital nº 845/94](#), viável a apuração dos fatos supostamente cometidos pelo Impetrante por Comissão regularmente instituída nos termos da [Lei 8.112/90](#). A inexistência de Conselho específico não pode ser óbice ao julgamento administrativo das infrações disciplinares perpetradas pelos Auditores Fiscais.
4. Segurança denegada.

[voltar sumário](#)



**3. PESSOAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SOLICITANDO PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.****APelação CIVEL Nº 2012.01.1.156331 - ACÓRDÃO Nº 850495**

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE. PLANTÕES REALIZADOS E NÃO PAGOS. RECONHECIMENTO DA DÍVIDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DEMORA NO PAGAMENTO. PRESCRIÇÃO. CAUSA SUSPENSIVA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. Nos termos do artigo 4º, do [Decreto nº 20.910/1932](#), formulado requerimento administrativo pleiteando recebimento de diferenças salariais, fica suspenso o prazo prescricional "durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la."
2. Recurso de apelação conhecido e provido.

**4. PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. LOTAÇÃO. OMISSÃO DE SERVIDOR DE SER PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. CAPACIDADE LABORATIVA.****MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2014.00.2.0172845 – ACÓRDÃO Nº 845681**

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ENFERMEIRA PORTADORA DE DOENÇA DE MENIERE. IMPOSSIBILIDADE DE EXERCER ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA. LOTAÇÃO EM LOCAL ADEQUADO À NECESSIDADE ESPECIAL. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO DE SAÚDE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SEGURANÇA DENEGADA.

(...)

II. A Administração facultou à impetrante a oportunidade, na ficha de cadastro, para informar se possuía ou não necessidades especiais. O principal fundamento do mandamus – a incapacidade de exercer a "atividade de atendimento de emergência" – contraria o firmado pela autora ao preencher o Formulário para Avaliação do Perfil das Categorias Profissionais. A candidata declarou ser "ágil em situações de urgências (emergências)" e sinalizou que as limitações não afetam o trabalho.

(...)

IV. Denegada a segurança.

[voltar sumário](#)